

# **Da Política Nacional de Informática ao amparo do BNDES: práticas de diversificação e estratégias político-institucionais do Grupo Algar**

Fernando Fernandes de Oliveira<sup>1</sup>

## **RESUMO**

Quando atuam em diferentes frentes funcionais e geográficas, as grandes corporações buscam reforçar as suas economias de escala, de escopo e maximizar os retornos. Além do mais, a desconcentração das atividades, sob a disciplina de uma hierarquia gerencial, contribui para equalizar os aspectos negativos da excessiva centralização dos capitais acumulados, criando espaço novo ao reinvestimento e à acumulação. Não obstante, o ímpeto expansionista não prescinde dos necessários encaminhamentos político-institucionais que amparem a criação de espaço novo ao capital acumulado. O presente trabalho analisa as espacialidades e as práticas de diversificação do Grupo Algar em dois diferentes momentos, destacando as relações estabelecidas com as políticas públicas que nortearam as ações da Política Nacional de Informática, dos Governos Militares e, mais recentemente, no que diz respeito à crescente atuação do BNDES ao subsídio de grandes corporações nacionais. A escolha da mencionada corporação deu-se em função de sua relevância têmporo-espacial e das conexões políticas que estabelece, a fim de minimizar perdas presumíveis.

**Palavras-chave:** Corporação multifuncional e multilocalizada, tramas político-institucionais, Grupo Algar.

## **De la Política Nacional de Informática al apoyo del BNDES: prácticas de diversificación y estrategias político-institucionales del Grupo Algar**

## **RESUMEN**

Cuando actúan en diferentes frentes funcionales y geográficas, las grandes corporaciones buscan reforzar sus economías de escala, de alcance y maximizar sus rendimientos. Además, la desconcentración de actividades, bajo la disciplina de una jerarquía gerencial, contribuye para resolver los aspectos negativos de la excesiva centralización de los capitales acumulados, creando espacio nuevo a la reinversión y acumulación. Sin embargo, el ímpetu expansionista no prescinde de las necesarias acciones político-institucionales que apoyan la creación de un nuevo espacio para el capital acumulado. El presente trabajo analiza las espacialidades y prácticas de diversificación del Grupo Algar en dos momentos diferentes, destacando las relaciones que se establecieron con las políticas públicas que guiaron las acciones de la Política Nacional de Informática, de los Gobiernos Militares y, más recientemente, con respecto al creciente papel del BNDES en el subsidio de grandes corporaciones nacionales. La elección de esta corporación se debió a su relevancia histórica, espacial y las conexiones políticas que establece, con el fin de minimizar las posibles pérdidas.

---

<sup>1</sup> Graduado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Doutor em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás - IESA/UFG. Professor do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Goiano - Campus Avançado Ipameri. fernando.oliveira@ifgoiano.edu.br.

**Palabras clave:** Corporación multifuncional y multilocalizada, tramas político-institucionales, Grupo Algar.

## INTRODUÇÃO

No Brasil, a integração das estruturas produtivas regionais, via intervenção estatal, compôs notório estímulo ao aparecimento de grandes corporações, que emergiram para controlar extensas cadeias produtivas e mercantis hierarquizadas. Como já advertira Santos (2012), as corporações multilocalizadas e o Estado, quando operam solidariedades capazes de construir escalas de realização em comum, conduzem eventos que incidem de modo simultâneo sobre amplo espaço. Dentre as corporações domésticas que mantiveram laços estreitos com o empenho estatal para a integração produtiva e financeira do território, destacamos o Grupo Algar<sup>2</sup> (antigo Grupo ABC), de Uberlândia (MG). A atuação dos predecessores do mencionado Grupo, iminentemente regional até meados da década de 1950, passou por diversas reestruturações que resultaram num amplo espaço de ação, que, na atualidade, rompe os limites do território nacional.

Mediante uma leitura geográfica acerca das relações entre corporação, espaço e conexões político-institucionais, o presente texto busca compreender as práticas espaciais e as estratégias de diversificação do Grupo Algar, perpassando pelas seguintes questões: em que medida as políticas dos governos militares que perseguiram o domínio do “vetor científico-tecnológico moderno” (BECKER; EGLER, 1994) sustentaram a diversificação funcional do antigo Grupo ABC, no decurso das décadas de 1970 e 1980? Qual a importância do aporte financeiro do BNDES para a recente difusão espacial do *backbone*<sup>3</sup> óptico arquitetado pela Algar Telecom, braço em telecomunicações e esteio econômico do Grupo Algar? Qual a ordem espacial resultante de tais enlaces econômico-institucionais? Para tanto, o exame espaço-temporal dos eventos encontra-se fundamentado em consultas bibliográficas, estatísticas e no mapeamento das informações obtidas.

---

<sup>2</sup> Algar faz referência às iniciais de Alexandrino Garcia, imigrante português e fundador do conglomerado empresarial uberlandense. Para uma análise pormenorizada da evolução espaço-temporal do Grupo Algar, ver Oliveira (2019) e Oliveira (2021).

<sup>3</sup> O termo *backbone* é utilizado para designar “o núcleo da rede de telecomunicações que permite a interligação das redes de todos os provedores de serviço nacionais” (ANATEL, 2018, p. 27-28).

## **METODOLOGIA**

Os procedimentos metodológicos versam sobre pesquisa bibliográfica, documental, e no tratamento de dados secundários. Estes foram obtidos de órgãos oficiais, a exemplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e dos próprios *sites* da corporação, com destaque aos Relatórios de Sustentabilidade disponibilizados.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

A manutenção das vantagens táticas adquiridas no decurso do desenvolvimento das modernas corporações multifuncionas e multilocalizadas requereu crescentes difusão espacial e diversificação, uma forma de lidar com o caráter mutável da competição, da inovação tecnológica e da demanda. A performance em diferentes atividades e frentes geográficas, assinala Chandler (1990), garante acesso perene a economias de escala e escopo que fazem sustentar as taxas de retorno no longo prazo. Para Harvey (2013), entretanto, trata-se de estratégia que visa conferir equilíbrio à acumulação ampliada dos capitais, na medida em que a descentralização das operações sob o controle da arquitetura gerencial disciplina os aspectos destrutivos da excessiva centralização dos excedentes. Torna-se imperativo, ao “metabolismo” da acumulação, um ajuste espacial que o equalize expansivamente.

Ante tal realidade, não é estranho que a ordem espacial de uma corporação mantenha vínculos estreitos com os governos e suas práticas de ordenamento territorial. No que diz respeito à dinâmica espaço geográfico, o caráter relacional das ordens políticas e econômicas é registrado por Fischer (2008, p. 61) como uma dupla estruturação simultaneamente verificada: por um lado, perpassa pelos diversos níveis institucionais e, por outro, “pelo sistema de fluxos e das redes relacionais das empresas”. Carnoy (1988), por sua vez, alerta sobre a necessidade de se lançar luz sobre as relações tecidas entre os que produzem e os que decidem a política de desenvolvimento. Segundo ele, e para além da alocação eficiente focada na máxima produtividade, o problema do incremento das atividades econômicas transita pelas arenas da política e da produção.

Indica, nessa óptica, a dimensão das teias políticas confeccionadas no contexto da emergência espaço-temporal das corporações multifuncionais e multilocalizadas. O

resultado negativo, adverte Markusen (2006), decorre da distorção de lógicas locais preestabelecidas pela indução de resultados geográficos determinados por grupos de interesse com base no favor estatal, o que atribui ainda mais força aos grandes conglomerados empresariais. Estes, como bem anota Santos (2019, p. 476), derivam de longos processos de “concentração dos meios de produção e de centralização de capital, que ocorre, indubitavelmente, sob o apoio do Estado”. Com efeito, o alargamento das escalas de operação desses atores<sup>4</sup> se faz por meio de arranjos tempo-espaciais de solicitações técnicas, produtivas e institucionais.

## **RESULTADOS E/OU DISCUSSÕES**

No decurso das décadas de 1970 e 1980, as políticas estatais voltadas ao alcance da autonomia tecnológica compuseram elemento precípuo para a diversificação do Grupo ABC, num contexto em que as estratégias de crescimento da corporação basearam-se na percepção de oportunidades. Como exposto na proposta do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979), os incentivos governamentais buscaram executar “projetos de vanguarda, com esforço próprio de inovação tecnológica” (BRASIL, 1974, p. 18), com destaque aos setores da teleinformática e da computação<sup>5</sup>.

A respeito, Tigre (1987, p. 77) destaca que as ações estatais explicitavam que o domínio da técnica deveria perpassar “por empresas genuinamente nacionais, com autonomia decisória sobre o processo de seleção e desenvolvimento de tecnologias”. Para tanto, as reservas de mercado instituídas pelo governo oportunizaram o desfrute dos capitais nacionais mais proeminentes no espinhoso domínio do desenvolvimento de vanguarda tecnológica. Por sua vez, o multifacetado Grupo ABC<sup>6</sup>, cuja logomarca é

---

<sup>4</sup> Para a aceção da corporação como ator, seguimos a sugestão de Ann Markusen (2005, p. 58), que define os atores como “instituições que funcionam como agentes decisórios, empreendedores que decidem estabelecer ou criar firmas em determinados locais”. O reflexo das ações sobre as estruturas da sociedade define a pujança do ator; as grandes corporações e o próprio Estado constituem os exemplos mais expoentes. Na reflexão de Raffestin (1993, p. 40), tanto Estado quanto corporações personificam a ideia de ator “sintagmático” como aquele que “articula momentos diferentes de realização de seu programa pela integração de capacidades múltiplas e variadas”.

<sup>5</sup> Nos setores em destaque, é bom registrar a importância da Lei nº 7.232, de 29 de outubro de 1984, que dispôs da Política Nacional de Informática, que sancionou a “intervenção do Estado de modo a assegurar equilibrada proteção à produção nacional de determinadas classes e espécies de bens e serviços bem assim crescente capacitação tecnológica” (BRASIL, 1984). No entanto, a mencionada legislação foi antecedida Comissão de Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico (CAPRE), de 1972 e pela Secretaria Especial de Informática (SEI), criada em 1979.

<sup>6</sup> No início dos anos 1980, a estrutura organizacional do Grupo ABC atendia às subsidiárias dos segmentos de telecomunicações, sistemas eletrônicos e teleinformática, agroalimentar, turismo/*resorts* e serviços

destacada na Figura 1, garantiu sua inserção no processo por meio da conquista de controle acionário de firmas nacionais e multinacionais.

Figura 1 – logomarca do Grupo ABC, 1982



Fonte: ALGAR (2021)

Destacamos as aquisições das empresas Telettra (1981) e Intaltel (1982), localizadas, respectivamente, no Rio de Janeiro (RJ) e em Belo Horizonte (MG). Ambas eram especializadas na produção de equipamentos em telefonia, tal como aparelhos multiplex PCN<sup>7</sup> e telefones operados via rádio, para áreas rurais. A incorporação da produção de computadores de grande porte (*mainframes*) ocorreu com a ABC Telematic, criada em associação à francesa Honeywell Bull do Brasil, dando origem à *joint-venture* ABC Bull S/A. Localizada em São Paulo (SP), o enlace buscou usufruir das oportunidades lastreadas pelas restrições normativas impostas à IBM, gigante estadunidense do setor de informática. Outro fruto da parceria entre Honeywell Bull e a corporação uberlandense foi a ABC Computadores, criada para produzir minicomputadores.

No mesmo ensejo de oportunidades, foram incorporadas uma empresa de transmissão de dados (Khun/ABC Dados – Rio de Janeiro-RJ) e a X-Tal, uma subsidiária do BNDESPar privatizada em 1983. Especializada no manuseio de cristais de quartzo para a confecção de fibras ópticas, a X-Tal foi transferida da capital fluminense para ser instalada, não por acaso, ao lado do CPqD em Campinas (SP). Em cooperação técnica com o centro de pesquisa estatal, tornou-se fornecedora exclusiva de fibras ópticas ao Sistema Telebrás.

Todavia, as oportunidades geradas pelo Sistema Telebrás não se resumiram ao segmento da teleinformática, gerando outras associações que robusteciam os retornos da

---

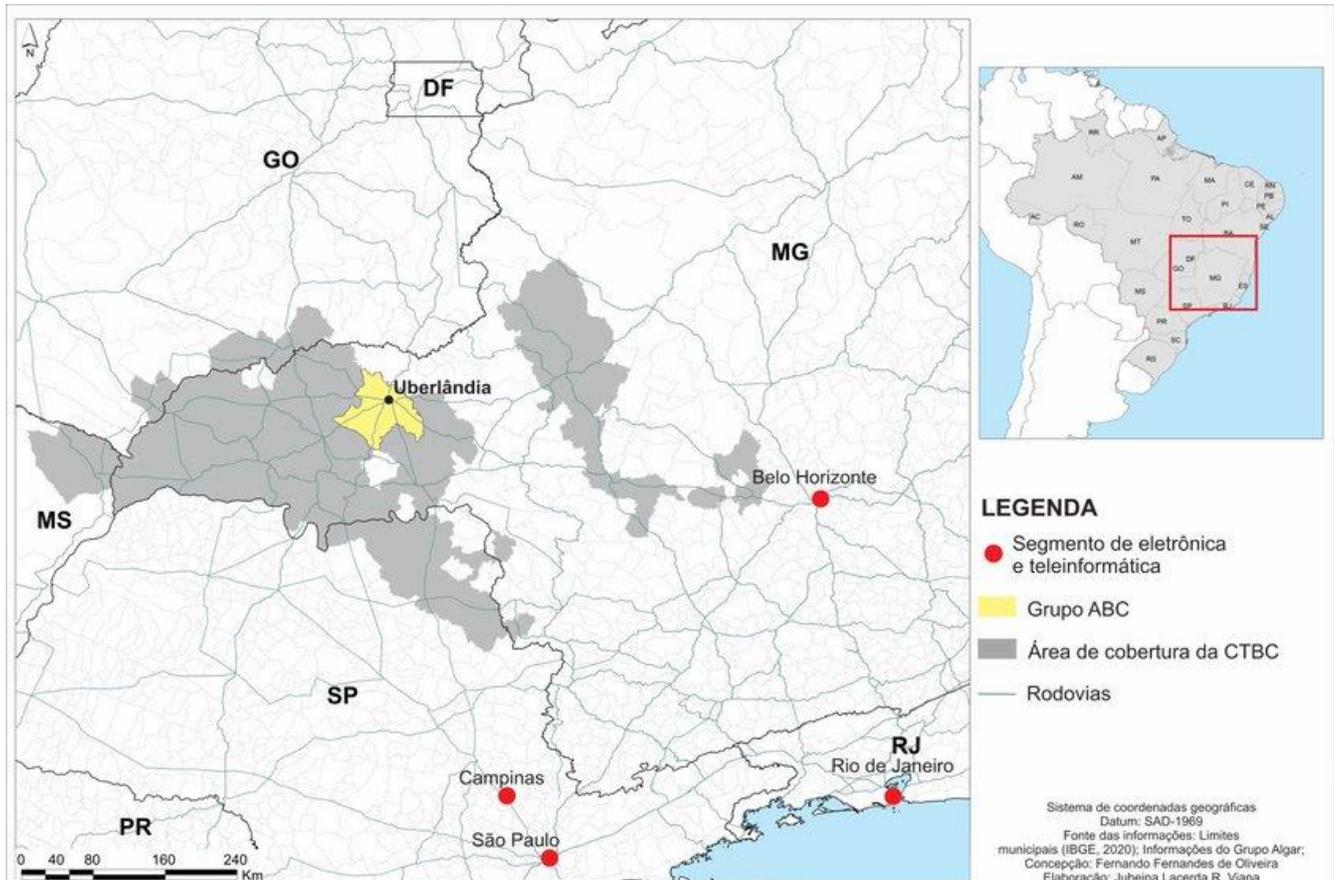
variados (táxi aéreo, manutenção e comércio de aeronaves; venda e manutenção de automóveis e maquinário agrícola; confecção e distribuição das listas telefônicas e um jornal de circulação local).

<sup>7</sup> Como exposto na sessão de tutoriais disponibilizada no *site* da consultoria em telecomunicações *Teleco*, a multiplexação permite a transmissão de mais de um sinal em um mesmo meio físico, possibilitando o tráfego simultâneo de múltiplos sinais.

corporação uberlandense. Nesse contexto, é útil registrar a criação, em 1983, da ABC Listel, uma associação do Grupo ABC com a proeminente Editora Abril S/A. Instituída para suprir a demanda de produção e distribuição de listas telefônicas do STB, esta *joint-venture* se fez presente em todas as regiões do país, exibindo os contornos de um oligopólio privado amparado por um monopólio estatal: em 1988, ocupara 40% do mercado nacional de listas telefônicas, avaliado em US\$ 200 milhões (JORNAL DO BRASIL, 1988).

No que concerne à espacialidade, as posições dos adendos em teleinformática endossaram as prerrogativas locacionais típicas de um setor que demanda constante geração de conhecimento e de fluxos informacionais, como mostra a Figura 2. Assim, Telettra/ABC Teleinformática e Khun/ABC Dados mantiveram as suas instalações no Rio de Janeiro, tal como a Intaltel e a ABC Bull, localizadas em Belo Horizonte e São Paulo, respectivamente. Já a ABC X-Tal foi instalada em Campinas (SP), no lastro do CPqD da Telebrás e das sinergias de um meio geográfico prenhe em pesquisa de ponta.

Figura 2 – Grupo ABC: área de cobertura original da CTBC e espacialidade do segmento de eletrônica e teleinformática, 1989



Os dados acerca do crescimento da corporação são substanciais. Em 1980, o Grupo ABC obteve uma receita operacional líquida de US\$ 87 milhões, momento em que as operações empregavam um contingente laboral expressivo, com 3.479 trabalhadores. No final dessa década, a receita líquida do Grupo ABC alcançara os US\$ 339,1 milhões, de modo que o quadro de funcionários totalizou 13.090; expansão da ordem de 290% e 276% respectivamente. Não obstante, o endividamento geral avançou aproximadamente 52%, chegando a US\$ 40,8 milhões no biênio 1987-1989, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1 – Grupo ABC: Receita Operacional Líquida, Endividamento Geral e Número de Trabalhadores, 1980-1989 (valores em US\$)

Período	Receita Operacional Líquida	Endividamento Geral	Número de Trabalhadores
1980	87.090.000	27.000.000	3.479
1981-83	122.430.000	38.100.000	5.860
1984-86	159.820.000	36.400.000	8.637
1987-89	339.130.000	40.800.000	13.090

Fonte: Adaptado de Ruiz (1994). Organizado pelo autor.

Nos anos 1970 e 1980, a diversificação do Grupo ABC foi capaz de lastrear o imperativo da desconcentração e da busca por equilíbrio da acumulação de capitais às oportunidades emergentes, ainda que de modo notoriamente patrimonialista ante o implacável processo inflacionário. O usufruto dos incentivos e das reservas de mercado forjadas pelo intervencionismo estatal pode ser compreendido como um dos elementos que afiançaram a descentralização organizacional assumida pela corporação, uma estratégia para lidar com múltiplas funções, lugares e externalidades. A ordem espacial resultante reflete os efeitos das iniciativas e das decisões conjunturais adotadas pelos atores em tela, não pôde prescindir da geração das solidariedades político-econômicas, tornando evidente a dimensão política do Grupo em destaque.

No entanto, os reclamos da globalização dos mercados, da liberalização das atividades comerciais e a consequente revisão das trincheiras internas do nacional-desenvolvimentismo, no decurso dos anos 1990, demandaram o enxugamento funcional do então renomeado Grupo Algar, cuja nova logomarca é evidenciada na Figura 3. A revisão das reservas de mercado e a maior abertura a produtos e investimentos externos, que acirrou competição, demandou o paulatino abandono das operações que envolviam a industrialização de equipamentos em teleinformática e de fibras ópticas.

Figura 3 – logomarca do Grupo Algar, 2021



Fonte: ALGAR (2021)

Isso não significou, entretanto, que as tessituras entre as grandes corporações domésticas e os governos tenham arrefecido subitamente. A manutenção de privilégios setoriais e a recorrente salvaguarda financeira dos bancos estatais emergem como benesses institucionais obscuras e persistentes. Nos meandros do poder, adquirem formas de “regulações que geram ou reforçam possibilidades de lucros para os grupos detentores dos recursos econômicos apropriados”, tal como escreve Souza (2018, p. 355). De modo análogo, Sérgio Lazzarini (2011) sugere que tanto a exaustão do modelo nacional-desenvolvimentista como as exigências da globalização econômica, da abertura dos mercados e das privatizações, não foram suficientes para liquidar as tessituras há muito estabelecidas:

[...] os atores centrais da economia continuam sendo entidades ligadas direta ou indiretamente ao governo, em associação com alguns grupos privados de maior envergadura. Na realidade, de forma até paradoxal, o fenômeno de privatização e a maior inserção global que se seguiu após a década de 1990 no Brasil ajudou a *reforçar* a influência do governo e de certos grupos domésticos. [...] O capitalismo de laços foi enraizado, e não dirimido, pelas diversas reestruturações que ocorreram no Brasil (LAZZARINI, 2011, p. 46, grifo do autor).

Ante tal realidade, a expansão do Grupo Algar a partir dos anos 2000 torna-se sugestiva. A ordem espacial resultante, encabeçada pela subsidiária Algar Telecom<sup>8</sup>, tem sido ordenada pela rede óptica edificada a partir de sua área concessão original, que abarca 87 municípios dos estados de Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Mato Grosso do Sul. A possibilidade de expansão do *backbone* óptico veio com o cumprimento das metas de universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) na área já outorgada, conforme estipulado pelo Decreto n° 2.593/1998. Deflagrada a partir de 2003, a difusão dessa estrutura obedece à estratégia de seletividade espacial que privilegia os centros urbanos com vastas hinterlândias, mercados diversificados, e sedes de empresas sequiosas

---

<sup>8</sup> Antiga Companhia de Telefones do Brasil Central (CTBC). Importa ressaltar que a CTBC, por conta das amarrações políticas tecidas por Alexandrino Gracia e Luiz Alberto Garcia, predecessores do Grupo Algar, e Rondon Pacheco, notório político uberlandense, foi a única empresa de telefonia a permanecer sob o domínio da iniciativa privada após a criação do Sistema Telebrás, em 1972.

pela fluidez operacional que os serviços em comunicação multimídia podem oferecer. Com efeito, a concentração de pessoas e atividades, ao refletirem as potencialidades de mercado de certos pontos, constitui variável indiscutivelmente estratégica para as corporações que desenvolvem essas redes (DUPUY, 2004).

Operando sobre plataforma VoIP<sup>9</sup>, o sofisticado *backbone* possuía, em 2009, 11.500 km de cabos ópticos que interligavam os anéis metropolitanos de Brasília, Goiânia, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba, subespaços dotados de uma “produtividade espacial” (SANTOS, 2008) atraente ao escopo funcional desse empreendimento. Munido de capacidade para transmitir sinais de áudio, vídeo, voz, dados, imagens, textos e outras informações, a estrutura incluía importantes metrópoles e cidades regionais, a exemplo de Goiânia, Brasília, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Campinas, São Paulo, dentre outros.

Dez anos depois, a rede óptica da Algar Telecom alcançara os 50.000 km de cabos terrestres, assim conectados aos 11.000 km da estrutura denominada Monet<sup>10</sup>, que possui ramificações nos Estados Unidos. Em 2019, 583 municípios das cinco macrorregiões do país seguiam conectados à mencionada trama reticular, como mostra a Figura 4. A região Sudeste comportava 305 municípios, o que corresponde a 52,3% do total. Os 222 municípios da região Sul representavam 38% dos pontos articulados. No Centro-Oeste, foram contabilizados 39 municípios (6,6%) em 2019; o Nordeste, como fronteira mais recente à difusão espacial dessa rede, possuía 15 (2,5%) unidades municipais integradas. Na região Norte, apenas as cidades de Manaus e Belém faziam parte da tessitura óptica do Grupo Algar, correspondendo a ínfimos 0,34% do total.

Para materializar essa constelação de pontos verticalizados, a corporação muniu-se de práticas de fusão e aquisição de firmas análogas, de emissão de debêntures e do acerto de empréstimos junto aos órgãos de fomento, com destaque ao BNDES. No que concerne às fusões, foram incorporadas, entre os anos de 2004 e 2019, sete empresas e suas respectivas infraestruturas ópticas, em operações que superaram os R\$ 285 milhões. Entrementes, o capítulo mais recente do ímpeto por aquisições do Grupo Algar nesse segmento ocorreu em 2021. Tratou-se do anúncio da incorporação da Vogel Telecom pelo

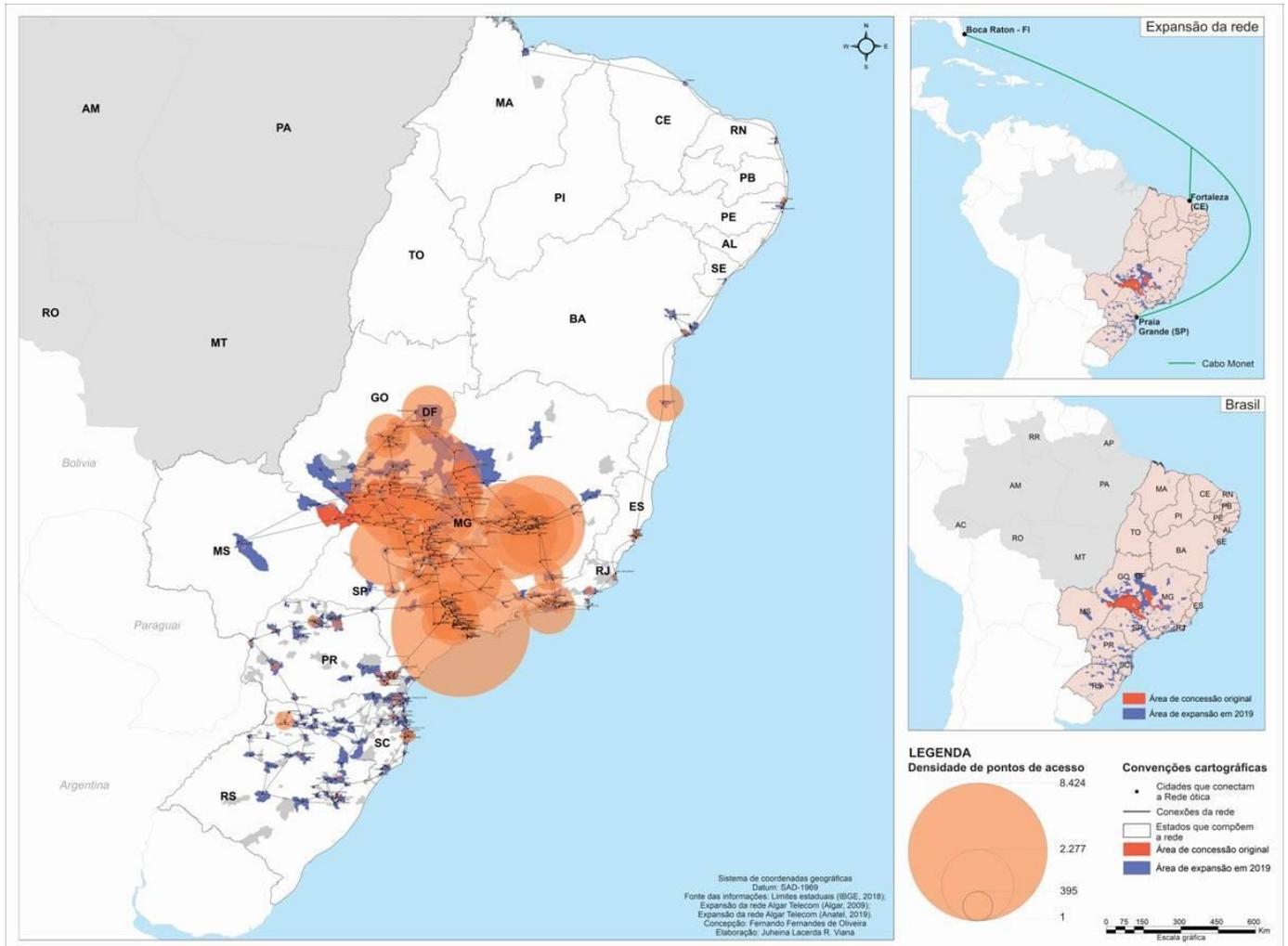
---

<sup>9</sup> Do inglês *Voice over Internet Protocol* – VoIP, o termo faz referência ao uso da internet para a comunicação de voz.

<sup>10</sup> O Projeto Monet, fruto da parceria das corporações Google (EUA), Antel (Uruguai), Angola Cables (Angola) e Algar Telecom, baseou-se na construção de um cabo submarino de fibras ópticas estruturado para conectar as cidades de Praia Grande (SP), Fortaleza (CE) e Boca Raton – Flórida (EUA). Finalizada em meados de 2017, a estrutura reduz os gastos da subsidiária do Grupo Algar com o aluguel de conexões internacionais.

montante de R\$ 600 milhões (SANTANA, 2021). Com efeito, a operação visa robustecer a rede óptica do Grupo nos estados do proeminente Centro-Sul brasileiro.

Figura 4 – Algar Telecom: dimensão da rede óptica e densidade dos pontos de acesso, 2019



As emissões públicas de debêntures tiveram início em 2007, como mostra a Tabela 2. Segundo informações veiculadas pelos Anúncios emitidos pelo Grupo e por instituições do mercado financeiro, a estratégia de capitalizar via subscrição de ações tencionou amortizar o endividamento e reforçar o capital de giro, a fim de subsidiar a difusão espacial de sua rede de fibras ópticas. No período destacado, as oito emissões da Algar Telecom ambicionam movimentar valores que ultrapassam os R\$ 2,5 bilhões.

Tabela 2 – Algar Telecom: datas, valores subscritos e instituições coordenadoras do processo de emissão de debêntures (2007-2019)

Emissão	Data da Emissão/ Data de Vencimento	Valor Subscrito (R\$)	Coordenadores
1ª Emissão	02/07/2007 02/07/2014	250.000.000	ABM ARMO; Banco Bradesco S.A.
2ª Emissão	14/09/2012 15/09/2019	293.985.000	Banco Votorantim S.A.; Banco Itaú BBA S.A.; Banco Santander S.A.
3ª Emissão	15/04/2014 15/04/2021	200.000.000	BB Banco De Investimento S.A.; Itaú Corretora de Valores S.A.; Itaú Unibanco S.A.
4ª Emissão	12/06/2015 12/06/2022	200.000.000	Itaú Corretora de Valores Mobiliários; Itaú Unibanco S.A.; Banco Santander S.A.
5ª Emissão	15/05/2016 15/05/2023	210.000.000	Banco J. Safra S.A.; ITAU Unibanco S.A.
6ª Emissão	15/03/2017 15/03/2024	432.000.000	Banco Itaú BBA S.A.; Banco Santander S.A.
7ª Emissão	15/03/2018 15/03/2025	600.000.000	Banco BTG Pactual S.A.; Banco Bradesco BBI S.A.; Banco Santander (Brasil) S.A.
8ª Emissão	15/02/2019 15/02/2026	350.000.000	XP Investimentos CCTVM S.A.; Banco Bradesco S.A.

Fonte: ANBIMA (2019); DEBENTURES (2019); ALGAR TELECOM (2019).  
Organizado pelo autor.

Além do mais, uma breve consulta às informações contidas no *site* do BNDES expõe ao menos 47 ocorrências de contratos de financiamento obtidos pelas subsidiárias em telecomunicações do Grupo Algar. Expõe que, para além da progressiva acumulação de capitais, o acesso ao crédito se faz condição precípua à realização de novas combinações. Nas palavras de Schumpeter (1978, p. 51), “ele [o crédito] torna o indivíduo até certo ponto independente dos bens herdados, que o talento na vida econômica ‘cavalga sobre suas dívidas, em direção ao sucesso’”.

Entre os anos de 2005 e 2013, as concessões do banco estatal superam os R\$ 550 milhões. Em sua maioria, as operações têm como desígnio apoiar os “[...] investimentos em rede e TI (tecnologia da informação) das postulantes, relacionados aos seguintes projetos: rede óptica e metálica, rede de transmissão, rede de transmissão rádio e *i.voce*” (BNDES, 2019).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espesso processo de diversificação do segmento em telecomunicações do Grupo Algar fez resultar um rendilhado de verticalidades caracterizado por pontos descontínuos, interligados e funcionalizados segundo as demandas do intercâmbio e da regulação, em perspectiva às considerações de Santos (2008; 2012). No decurso das décadas de 1970-1980, imperativo nacionalista dos militares ao domínio do vetor científico-tecnológico significou, no obscuro campo das relações orientadas pelo poder, notória oportunidade de diversificação nos setores da produção de fibras ópticas, de equipamentos em teleinformática e afins. É razoável inferir, no âmago de um verdadeiro ajuste patrimonial especulativo, que as oportunidades entrincheiradas pelo mercado protegido geraram benefícios privatícios superlativamente maiores à presumível utilidade social da agenda intervencionista.

Em período recente, as estratégias financeiras e as práticas que envolvem a fusão e aquisição de firmas correlatas, não prescindiu dos desembolsos do BNDES, via créditos subsidiados. Com efeito, num momento de virtual recuo da assertiva estatal sobre o território e a economia nacionais, a crescente importância do banco estatal contribuiu para o reforço dos laços entre os governos e as grandes corporações domésticas, a exemplo das afortunadas “campeãs nacionais”. Atesta a preeminência com que as organizações modelam os arranjos institucionais, na ânsia por diluir perdas, concentrar vantagens e perpetuar incentivos questionáveis.

Discutimos as estratégias espaciais e de diversificação do Grupo Algar ante as relações estabelecidas com as políticas públicas em dois diferentes momentos. O arbítrio dos atores mostrou-se adequado não só para explorar as oportunidades em concurso, mas para maximizá-las. Mesmo que, de certo modo, tal trajetória não tenha prescindido de coalizões voltadas à conservação de vantagens concentradas e, não raro, ineficientes ao quadro socioeconômico geral. Disso, deriva a necessidade de explorar a coerência existente entre o aparato institucional e as especificidades da trajetória espaço-temporal de corporações multilocalizadas.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. **Plano estrutural de redes de telecomunicações – PERT: 2019-2024**. 2018. Disponível em: <<https://www.gov.br/anatel/pt-br/>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

ALGAR. Disponível em: <<https://www.algar.com.br/>>. Acesso em 17 ago. 2121.

ALGAR TELECOM. **Relatório de Sustentabilidade de 2018**. 2019. Disponível em: <<https://algartelecom.com.br/institucional/sustentabilidade/relatorio-anual-de-sustentabilidade>>. Acesso em: 5 jul. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIROS E DE CAPITAIS. 2019. Disponível em: <[https://www.anbima.com.br/pt\\_br/pagina-inicial.htm](https://www.anbima.com.br/pt_br/pagina-inicial.htm)>. Acesso em: 4 jul. 2019.

BECKER, B. K.; EGLER, C. A. **Brasil: uma nova potência regional na economia mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

BRASIL. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1974. 149 p.

\_\_\_\_\_. Lei nº 7.232, de 29 de outubro de 1984. Dispõe sobre a Política Nacional de Informática, e dá outras providências. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, 29 out. 1984. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-1984-1987/lei-7232-29-outubro-1984-356182-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 7 jun. de 2018.

CARNOY, M. **Estado e teoria política**. Tradução da equipe de tradutores da PUCCAMP. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1988. 339 p.

CHANDLER, A. (1990). Escala, escopo e capacidade organizacional. In: McCRAW, T. K. (Org.). **Alfred Chandler: ensaios para uma teoria histórica da grande empresa**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 304-342.

DEBENTURES. **Dados e Documentos de Mercado Financeiro**. 2019. Disponível em: <<http://www.debentures.com.br/>>. Acesso em: 14 jul. 2019.

DUPUY, G. Internet: une approche géographique a l'ecnelle mondiale. **Flux**, [S.l.], n. 58, p. 5-19, 2004. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-flux1-2004-4-page-5.htm#re4no4>>. Acesso em: 23 jul. 2019.

FISCHER, A. (1996) Transportes e localização industrial. In: FIRKOWSKI, O. L. C. F.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Indústria, ordenamento e território: a contribuição de André Fischer**. São Paulo: Expressão Popular – UNESP (Programa de pós-graduação em Geografia), 2008.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Bointempo, 2013. 697 p.

LAZZARINI, S. **Capitalismo de laços: os donos do Brasil e suas conexões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MARKUSEN, A. Mudança econômica regional segundo o enfoque centrado no ator. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. **Economia e Território**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

\_\_\_\_\_. Distortions in industrial geography: triangulating among industrial firms, financial firms, and the state. In: TAYLOR, M.; OINAS, P. (Orgs.). **Understanding the Firm: spatial and organizational dimensions**. Oxford University Press: Oxford, 2006. p. 149-168.

OLIVEIRA, F. F. **Espaço, rede e corporação: a evolução multifuncional do Grupo Algar**. 2019. 294f. Tese (Doutorado em Geografia), Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

\_\_\_\_\_. Trajetória espaço-temporal de uma corporação em rede: a evolução multifuncional do Grupo Algar. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 122-147, 2121.

RUIZ, R. M. **Estratégia empresarial e reestruturação industrial (1980-1992): um estudo de grupos econômicos selecionados**. 1994. 197 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SANTANA, I. Algar compra de 85,2% a 100% da Vogel Telecom por 600 milhões. **Valor Econômico** [S. 1.], 08 maio 2021. Disponível em: <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2021/05/08/algar-compra-825-pontos-percentuais-da-vogel-telecom-por-r-600-milhes.ghtml>>. Acesso em 27 de maio 2121.

SANTOS, L. B. Trajetórias de consolidação, movimentos setoriais e internacionalização do grande capital brasileiro. In: OLIVEIRA, F. G.; OLIVEIRA, L. D.; TUNES, R.; PESSANHA, R. M. (Orgs.). **Espaço e economia: geografia econômica e a economia política**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. p. 467-510.

SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2008. 174 p.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

SOUZA, P. F. G. **Uma história de desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013**. São Paulo: Hucitec, Ampocs, 2018.